

OLIVEIRA, Ivaci de. Ameaça aos imóveis históricos: Campinas possui muitos imóveis do século passado. A preservação desses prédios, porém, não está assegurada, mesmo com o empenho das entidades preservacionistas. Diário do Povo, Campinas, 15 out. 1989.

O empenho das entidades preservacionistas não tem sido suficiente para garantir a segurança dos imóveis do século passado. Uma casa situada na rua Cônego Cipião, em processo de tombamento pelo Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas) e dentro da área envoltória do Bosque dos Jequitibás, tombado pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado) está totalmente abandonada e se deteriorando por falta de medidas das autoridades.

No final de julho, a casa começou a ser demolida pelo proprietário, sem alvará do Departamento de Urbanismo. Fiscais do DU embargaram a obra, entretanto, o imóvel já estava todo destelhado. Esta situação continua até hoje, sendo que os móveis, um piano alemão, um porta-telefone e um armário, tudo do início do século, já estão totalmente irrecuperáveis.

A recuperação de bens históricos, segundo Ana Villanueva, supervisora da Coordenadoria de Patrimônio Histórico, é de responsabilidade do proprietário. Porém, a morosidade da ação dos órgãos responsáveis e a insignificância da multa aplicada pelo DU, faz com que as leis não sejam respeitadas. O próprio Condepacc tem uma lei que prevê multa de 50% do valor do imóvel para quem demolir sem autorização. Entretanto, não se tem informação de nenhuma multa aplicada pela Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Fepasa

No início de julho, a empresa Transmarangão começou a demolir um galpão, ao lado da Estação da Fepasa. O galpão está em processo de tombamento e situado ao lado de outro bem tombado pelo Condephaat. O DU embargou a obra, que até hoje continua parada. A situação é menos grave que a casa da Cônego Cipião, pois o barracão encontra-se vazio.

Na época da demolição, o Condepacc pretendia multar a Fepasa em NCz\$ 220 mil, que equivalia a 50% do valor do imóvel. Porém, a multa não foi aplicada e o processo continua parado no setor jurídico, assim como outros datados de 87 a 88.



Campinas possui muitos imóveis do século passado. A preservação desses prédios, porém, não está assegurada, mesmo com o empenho das entidades preservacionistas